



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR – CAPES**

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
PNAP**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA – MODALIDADE A DISTÂNCIA**

- Reformulado pela Deliberação CE/CEPE Nº 318, de 3/11/2020.
- Homologado, com alteração, pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.209, de 4/12/2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Prof. Dr. Laércio Alves de Carvalho
REITOR

Prof. Dr^a Celi Corrêa Neres
VICE-REITOR

Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Profa. M.Sc. Jorceli de Barros Chaparro
DIRETORA EAD/UEMS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos idos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade.

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador

(Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de matérias didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador

SUMÁRIO

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	08
3. COMISSÃO.....	09
4. INTRODUÇÃO.....	09
4.1 Objetivos da Universidade Aberta do Brasil.....	14
4.2 Diretoria de Educação a Distância da Capes.....	14
4.3 Caracterização regional.....	15
4.4 Integração e articulação da Educação a Distância da UEMS ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	18
5. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	19
5.1 Diretrizes metodológicas para formação do Curso.....	21
5.1.1 Objetivo geral.....	22
5.1.2 Objetivos específicos.....	22
5.2 Perfil do egresso.....	23
5.3 Competências e Habilidades.....	25
5.4 Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem.....	26
5.5 Avaliação Institucional.....	26
5.6 Avaliação dos Subsistemas de EaD.....	27
5.7 Avaliação de Aprendizagem.....	27
5.8 Avaliação do Projeto Pedagógico.....	30
5.9 Integração entre teoria e prática.....	31
5.10 Processo de Comunicação-interação entre os participantes.....	32
5.11 Inclusão, diversidade e formação acadêmica.....	32
5.12 Estrutura Administrativa-Pedagógica.....	38
6 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	45
6.1 Atividades de Ensino.....	46
6.2 Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e Pesquisa.....	47
6.3 Atividades de Extensão e Creditação da Extensão.....	47
7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	49
7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.....	51
7.2 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório.....	52
8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	52
9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	53
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	54
10.1 Matriz curricular.....	55
10.2 Temas Contemporâneos na Gestão Pública.....	60
11 TABELA DE EQUIVALÊNCIA.....	60
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO.....	63
13. EMENTÁRIO.....	65
14. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG.....	132
14.1 Legislação Geral.....	132
14.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS.....	132
14.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação.....	132
14.4 Atos legais inerentes aos cursos de Graduação da UEMS.....	133
14.5 Legislação Federal sobre os cursos de Administração.....	134
REFERÊNCIAS.....	135

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Curso: Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância

2.2 Modalidade: Bacharelado

2.3 Referência: Reformulação do Projeto Pedagógico aprovado pela Deliberação CE/CEPE n. 202, de 5 de novembro de 2010 e homologado pela Resolução CEPE-UEMS N. 1.063, de 7 de dezembro de 2010, com vistas à adequação à legislação vigente.

2.4 Habilitação: Bacharel em Administração Pública

2.5 Turno de Funcionamento: as atividades a distância serão disponibilizadas no início de cada disciplina, ficando a cargo dos alunos a organização de seus horários e rotinas de estudo, que devem ser igual ou superior a 20 h/a semanais.

As avaliações, orientações e outras atividades que exijam a presença ou a comunicação simultânea entre aluno, tutor e professor serão realizadas conforme cronograma a ser estabelecido pela coordenação de curso.

2.6 Local de Oferta: A oferta poderá ocorrer em cidades em que há Polos UAB e demandas pela curso.

2.7 Número de Vagas: Serão ofertadas 175 vagas, distribuídas nos Polos de Educação a Distância (UAB) distribuídas no estado de Mato Grosso do Sul.

2.8 Regime de Oferta: EAD

2.9 Forma de Organização: Seriado Semestral

2.10 Período de Integralização: máximo de 5 anos

2.11 Total da Carga Horária: 3.600 horas

2.12 Tipo de Ingresso: Vestibular

3. COMISSÃO

A reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, foi realizada pelo Comitê Docente Estruturante, constituída pela Portaria PROE-UEMS n. 007, de 26 de fevereiro de 2019, publica em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n. 9.852, de 27 de fevereiro de 2019, p. 48, formado pelos seguintes membros: Moisés Centenaro (Presidente), Rosele Marques Vieira, Joaquim Carlos Klein de Alencar, Fábio Miguel Gonçalves da Costa e Miguel Ângelo Batista dos Santos. Também colaboraram com a reformulação: Giane Saraiva Sampaio Vargas, Jorceli de Barros Chaparro, Vinícius de Oliveira Ribeiro e Maria da Silva Peixoto.

4. INTRODUÇÃO

O curso de Administração Pública, modalidade a distância, é um curso oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O oferecimento ocorre após concorrência e o atendimento a editais específicos, abertos pela Capes, destinados a todas as Instituições Públicas do Brasil. A UEMS participa dos processos de seleção para oferecimento do curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, desde o ano de 2010, com ofertas realizadas em 2011 (nos polos UAB de Água Clara, Miranda e Camapuã), 2015 (nos polos UAB de Água Clara, Miranda, Camapuã e Bela Vista) e 2018 (nos polos UAB de Aparecida do Taboado, Japorã e Paranhos). Com exceção de disciplinas de conteúdos livres e regionais, a maioria das disciplinas dos cursos são apostiladas, elaboradas por professores que fazem parte do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), departamento de Ciência de Administração, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), licenciada nos termos da Creative Commons. No estado de Mato Grosso do Sul, há vários municípios com polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2020 os municípios são: Aparecida do Taboado, Japorã, Paranhos, Camapuã, Bela Vista, Água Clara e Miranda. Para o ano de 2021 está previsto polos UAB nos municípios de São Gabriel do Oeste e Rio Brillhante. Outros polos podem abrir em qualquer outro município do estado, conforme demanda e interesse local, além daqueles já mencionados. Portanto, o local de oferecimento do

curso não é fixo, podendo, este Projeto Pedagógico, atender locais diferenciados em cada oferecimento do curso.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Um dos principais elementos da Missão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é a perspectiva de interiorização do Ensino. Levar aos mais distantes rincões o conhecimento em nível superior pelos meios tradicionais tem sido um desafio difícil de ser superado face às limitações orçamentárias da UEMS. Uma alternativa vislumbrada é a modalidade do Ensino à Distância que pode potencializar os recursos da Instituição, ao mesmo tempo em que pode provocar mudanças internas nas suas práticas pedagógicas e filosofia de trabalho.

O movimento irreversível de crescimento do Ensino na modalidade a Distância no Brasil integra-se aos objetivos de aumentar os impactos positivos da

UEMS no interior do Estado pela via da educação. Ao mesmo tempo, a implantação da EaD cria perspectivas de dinamização da comunicação e alcance de todas as unidades da universidade a uma maior diversidade de cursos.

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e
- XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua

estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

O projeto pedagógico, que antecede a esta reformulação, atendeu três oferecimentos em diversos municípios do estado de Mato Grosso do Sul: 2011, 2015 e 2018.

O primeiro oferecimento do curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, ocorreu em 2011, nos polos UAB dos municípios de Camapuã, Água Clara e Miranda. O segundo oferecimento ocorreu em 2015 nos polos UAB de Miranda, Água Clara, Camapuã e Bela Vista. E o terceiro oferecimento ocorreu em 2018, nos polos UAB de Aparecida do Taboado, Japorã e Paranhos. Todos foram oferecidos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), através do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e totalmente financiada pela CAPES, com o mesmo Projeto Pedagógico em vigor desde 2011.

Para o oferecimento do curso em 2021, o projeto pedagógico, utilizado há 10 anos, foi reformulado. Esta reformulação contou com a participação, sugestão e contribuição de professores do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP, de professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e de professores das demais instituições públicas, a nível nacional, que oferecem o curso de Bacharelado em Administração Pública. Esta reformulação visa atender às novas exigências das Diretrizes Nacionais de Educação (DCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública e das novas tendências tecnológicas e de gestão Pública, com a atualização e aprimoramento do material didático. Portanto, fazia-se necessário a atualização

deste projeto para atender e acompanhar as novas tendências atuais da administração pública, em âmbito nacional, estadual e municipal.

4.1 Objetivos da Universidade Aberta do Brasil

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

4.2 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de

formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

4.3 Caracterização regional

O Curso de Bacharelado em Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos alunos.

Não existe uma metodologia EaD e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

A sede da UEMS está localizada em Dourados, distante 220 quilômetros da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, a Instituição possui 15 Unidades Universitárias, distribuídas nos seguintes municípios: Dourados (Sede), Amambai, Ivinhema, Jardim, Aquidauana, Mundo Novo, Nova Andradina, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Maracajú, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã e Campo Grande.

Os pólos que podem ser contemplados com vagas para o bacharelado em Administração Pública a ser oferecido pela UEMS serão os disponibilizados pelo Ministério da Educação em diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e definidos pelo Plano de Trabalho ajustado entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

O território Estadual é drenado pelos sistemas dos rios Paraná (principais

afluentes: Sucuriú, Verde, Pardo e Ivinheima), a Leste, e Paraguai (principal afluente: Miranda), a Oeste. Pelo Paraguai escoam as águas da planície do Pantanal e terrenos periféricos. Anualmente há inundações de longa duração

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977, tendo sido desmembrado de Mato Grosso. Está situado na Região Centro-Oeste do Brasil, sendo limítrofe com os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Faz fronteira com Bolívia e Paraguai, além de estar interligado por ferrovias, rodovias e através das hidrovias dos rios Paraná e Paraguai com a Argentina e o Uruguai. E ainda, por estar localizado no coração da América do Sul, é também o principal caminho das rotas bioceânicas, que liga a costa do Atlântico à costa do Pacífico. Ocupa uma área de 357.145,534 km² e é dividido em 79 municípios, quatro mesorregiões geográficas e onze microrregiões geográficas.

As mesorregiões são:

- Centro - Norte de Mato Grosso do Sul
- Leste de Mato Grosso do Sul
- Pantanaís Sul-Mato- Grossenses
- Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Já as microrregiões são: Alto Taquari, Aquidauana, Baixo Pantanal, Bodoquena, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Iguatemi, Nova Andradina, Paranaíba, Três Lagoas (Figura 1).

Sua população estimada em 2017 é de 2.713.147 habitantes, conferindo ao estado a 21^a população do Brasil. Sua capital, e maior cidade, é Campo Grande. Outros municípios importantes são Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina e Naviraí (IBGE, 2019).

Mato Grosso do Sul está entre as seis unidades da federação que apresentam as maiores taxas de urbanização do país, conforme pode ser verificado na relação a seguir: Rio de Janeiro, 96,0%; Distrito Federal, 95,7%; São Paulo, 93,4%; Amapá, 89,0%; Goiás, 87,9%, e Mato Grosso do Sul, 84,1%.

A economia sulmatogrossense é capitaneada pelo setor agropecuário que influenciou enormemente o desenho de seu território. O Estado possui o 3º maior rebanho do País, com 21.474.693 bovinos. Além da pecuária bovina, outras modalidades de produção são relevantes como: aves e suínos. Na agricultura, a economia sulmatogrossense apresenta como destaque a cultura da soja, seguida

pelas culturas de milho, arroz, trigo, mandioca, algodão, feijão, sorgo e cana-de-açúcar, presentes nas principais regiões agrícolas do estado (SEMAGRO, 2019).

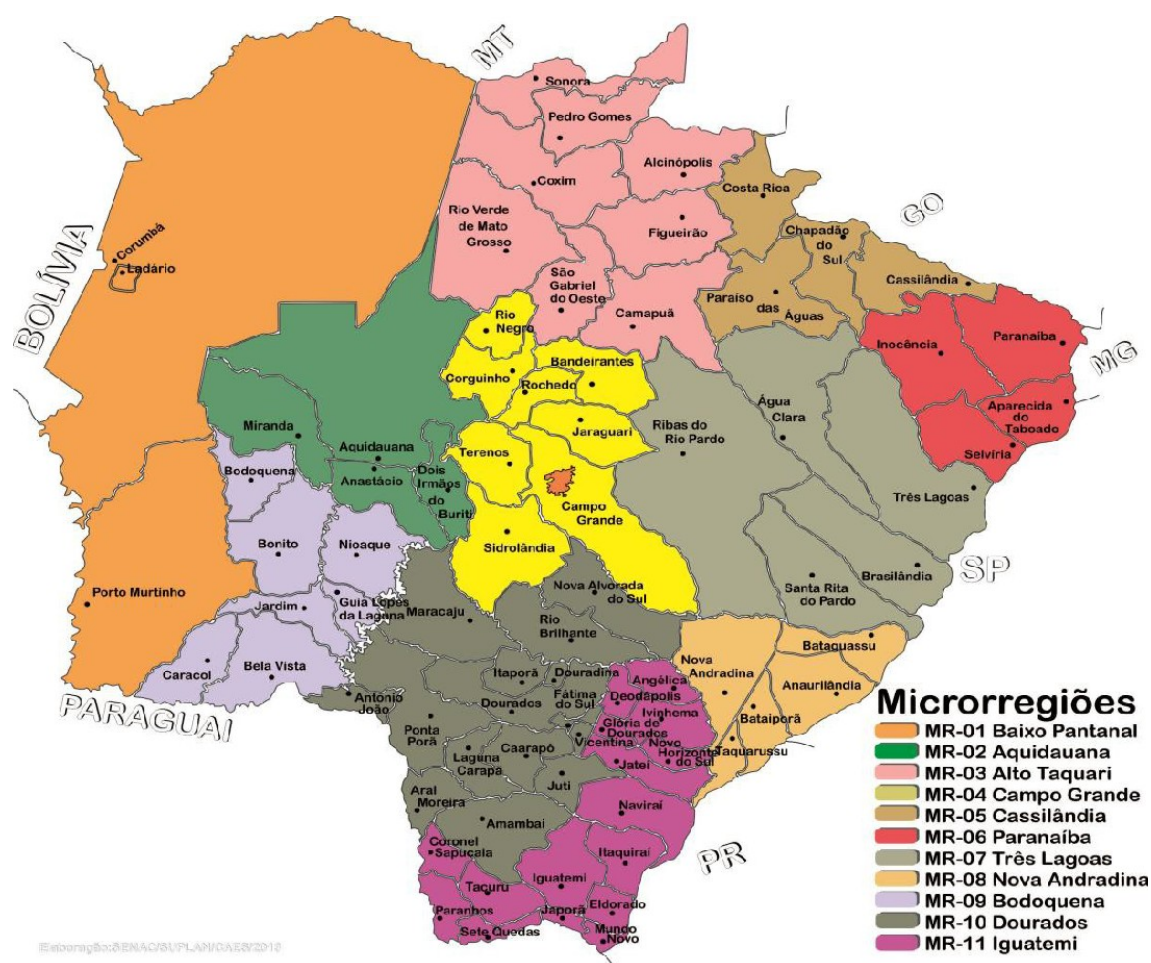


Figura1- Divisão Político-Administrativa E Microrregional De Mato Grosso Do Sul
Fonte: Semagro (2019)

O agronegócio responde por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul, constituindo o motor da economia sul-mato-grossense. O Estado é o 5º maior produtor de grãos do País. No ranking do Agronegócio, Mato Grosso do Sul detém a 4ª posição na produção de milho e 3ª no abate de gado. Polo mundial de celulose, produz 5,3 milhões de toneladas ao ano, dispõem de 1,056 milhão de hectares de florestas plantadas, 615 mil hectares de cana-de-açúcar e 18 milhões de hectares de pastagens (SEMAGRO, 2019).

No que se refere às atividades da indústria do estado, a indústria responde por 22,1% do PIB do estado, onde destacam-se os seguintes setores: Serviços industriais de utilidade pública, construção, alimentos, celulose e papel e derivados

de petróleo e biocombustíveis. Juntos, esses setores representam 87,4% da indústria do estado.

O setor secundário vem diversificando a sua base econômica, caracterizada pelo grande potencial no fornecimento de matérias-primas para a agroindústria, tanto no segmento da vegetal bem como animal, além de suas enormes reservas minerais ainda a serem exploradas.

Dessa forma, os estabelecimentos industriais do estado estão, predominantemente, voltados para o beneficiamento de produtos oriundos do setor primário, como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca, minérios e madeiras. Na agroindústria de transformação, destacam-se as cadeias de frigoríficos.

No setor terciário, de um modo geral – e em especial a agricultura, a agroindústria e o turismo – criaram as condições necessárias para o crescimento do setor terciário, constituído pelos ramos de comércio interno e externo e áreas de serviços – tanto de caráter público, para atendimento à população, como saúde, educação, etc., bem como os serviços mercantis de apoio às atividades econômicas, como transportes, comunicações e uma gama de serviços especializados e auxiliares em todos os segmentos econômicos.

De acordo com os dados da SEMAGRO (2017) a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), no ano de 2017, foi de 4,88%, enquanto a sua participação na composição do PIB, por setores econômicos, foi de 17,60% no setor primário, 22,10% no setor secundário e 60,33% no terciário.

No IDH (índice de desenvolvimento Humano) o estado registrou 0,729 em 2010, o que significa um aumento de 18,92%, em relação ao IDHM em 2000 (0,613) (IBGE, 2019).

Possui uma população residente na faixa de 18 a 24 anos de 102.767 que frequentam o ensino médio, o que representa uma faixa de pessoas com idade para ingressar em cursos de ensino superior. Em 2017, 119.439 cursavam ensino superior (graduação), sendo 32.846 em universidades públicas e 86.593 em instituições privadas. Os dados confirmam a necessidade de cursos de graduação gratuito (IBGE, 2019).

4.4 Integração e articulação da Educação a Distância da UEMS ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, preocupada em

oferecer educação de qualidade e abranger as cidades do interior do estado, participa ativamente no atendimento ao edital de seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para a oferta de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil, conforme processo de nº 23038, mais especificamente ao Edital CAPES 05/2018, cujo presente Projeto Pedagógico está vinculado e em atendimento as seguintes legislações aplicáveis: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE); Decreto 8.752, de 9 de maio de 2016; Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, Portaria Normativa no 11, de 20 de junho de 2017; Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000.

Especificamente, o curso de Administração Pública a distância está planejado para ser oferecido nos Polos de Apoio Presencial, conforme demandas e ofertas distribuídas nas cidades do estado de Mato Grosso do Sul.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

Um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos Alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

No contexto da EaD o Aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- - buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- - obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado;
- - desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do Curso de Bacharelado em Administração Pública, é levar o Aluno a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento das ementas selecionados para o Curso de Bacharelado em Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-Aluno, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências.

A área de Administração é uma das mais impactadas pelas mudanças que correm nos contextos tecnológicos, econômicos e sócio-culturais. O entendimento de que a educação a distância tem provocado avanços irreversíveis e mudanças paradigmáticas no modo de ensinar e aprender é compartilhado pelo grupo que patrocina a implantação desta proposta na UEMS.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é uma instituição preocupada com o desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios no interior do Estado e um dos principais gargalos para se superar as desigualdades residem nas dificuldades de competência dos administradores públicos.

Por tudo isso a concepção deste curso prevê um alinhamento com as demandas básicas de formação de profissionais que busquem o aprimoramento permanente e a discussão racional e lógica dos problemas do passado, presente e futuro dos pequenos municípios. Na esteira de um anseio nacional pela descentralização das políticas públicas as cidades deverão contar com tecnologias e recursos humanos em condições de absorver este desafio.

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos

compositivos:

- I. Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

5.1 Diretrizes metodológicas para formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de

resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

- I – o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II – a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;
- III – a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

5.1.1 Objetivo geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

5.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar,

- coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
 - IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
 - V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
 - VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
 - VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

5.2 Perfil do egresso

O curso de Bacharelado em Administração Pública está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e

cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar,

compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;

- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- IV. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- V. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VI. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- VIII. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IX. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- X. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

5.3 Competências e Habilidades

O curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma

- preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
 - IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
 - IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
 - V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
 - VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
 - VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

5.4 Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

5.5 Avaliação Institucional

Desde sua instituição na UEMS, a Comissão Própria de Avaliação tem como

princípios norteadores fundamentais a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social, e a consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais da Universidade.

A CPA é responsável por coordenar, planejar, implantar e desenvolver ações voltadas à Autoavaliação Institucional da Universidade, conforme os princípios e diretrizes definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Educação Superior (SINAES).)

5.6 Avaliação dos Subistemas de EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

5.7 Avaliação de Aprendizagem

Os sistemas de avaliação do ensino e da aprendizagem têm como finalidades básicas o pensar, a efetivação e a aplicação de instrumentos avaliativos permanentes, sendo dentro do curso um mecanismo verificador das ações propostas, com vistas à melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas, para concretizar o compromisso com o ensino e a aprendizagem.

O processo avaliativo considerará os diversos aspectos das múltiplas atividades necessárias à sua realização, procedendo uma análise do conjunto de pontos relevantes, partindo das prioridades definidas no âmbito Institucional, considerando os objetivos do curso, vocação, ensino, pesquisa, extensão, corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, acompanhamento sistemático dos resultados, organização e infraestrutura física.

A avaliação deve ser vista como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e aferição dos resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias (Resolução CP/CNE N° 01/2002). Será realizado seguindo o que dispõe as normas internas em vigor, contemplando avaliações regulares, avaliação optativa e exame.

O curso adotará Regime Especial de Dependência (RED), previsto no Regimento Interno dos Cursos de Graduação artigo 112 – 122 da Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 267, de 29 de novembro de 2016. Somente as disciplinas da UEMS com prática de laboratório não poderão ser oferecidas em RED. A lista das disciplinas a serem oferecidas neste Regime será divulgada pelo coordenador do curso antes do início de cada período letivo.

A avaliação ensino-aprendizagem e avaliação do projeto pedagógico deve ser tratada de forma contínua, considerando sua importância na atividade humana e institucional.

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do Aluno serão regidas pelo Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e demais regulamentos internos decididos pelo colegiado de curso.

O Aluno será avaliado em duas situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a

produção escrita do Aluno, seu método de estudo, sua participação nas atividades online, nos fóruns e nos bate-papo, se está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

5.8 Avaliação do Projeto Pedagógico

Ao início de cada ano letivo, considerando o ano anterior, o projeto pedagógico será avaliado com instrumento específico, elaborado pela Comissão de Auto Avaliação do Curso e referendado pelo Colegiado de curso.

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões, tendo como referências o presente e considerando-se as expectativas futuras.

O estabelecimento de objetivos a curto, médio e longo prazo norteará os esforços de projeção do curso, propondo a formulação de políticas de aperfeiçoamento e de revitalização, uma vez que surge como um processo estratégico para redefinir seu perfil.

Para que haja um aperfeiçoamento da estratégia, a avaliação é fundamental, pois, por meio desta é que se obtêm subsídios necessários para a formulação das ações pedagógicas ou administrativas, necessárias a esta finalidade, gerando um processo de reflexão, onde há necessidade de se assumir a responsabilidade efetiva da gestão acadêmica, compondo desta forma, um processo global que contemple todas as dimensões e sistemas na busca do constante autoconhecimento e reconstrução do curso.

Ao realizar atividades de avaliação do seu funcionamento, o curso deverá levar em conta seus objetivos e princípios orientadores, sua identidade e prioridades, reavaliando seu projeto pedagógico como um processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional.

Assim, será desenvolvida uma sistemática de trabalho visando a realização

de avaliação interna de forma continuada, junto aos acadêmicos, docentes e secretaria acadêmica, sendo oportunizado para que todos façam suas considerações, levantando-se aspectos positivos e negativos e sugerindo novas propostas de condução, quando for o caso. Com as informações obtidas será elaborado um relatório anual com síntese crítico construtiva que permita um aprimoramento dos trabalhos e que facilite que sejam alcançados os objetivos propostos no curso.

São instrumentos para a avaliação deste Projeto Pedagógico:

– Formulários avaliativos compostos por itens de verificação direta que se propõem a avaliar o curso sob o prisma da percepção da comunidade acadêmica (docente e discente), de acordo com a Instrução Normativa N. 002/2014, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatório de Auto Avaliação de Curso de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A aplicação efetiva dos formulários será feita referenciado sempre o semestre letivo anterior, e deverá ocorrer dentro de um clima de credibilidade, sendo as ações executadas pela Comissão de Auto Avaliação do Curso, conforme eleição anual. Os modelos dos formulários de avaliação seguirão as orientações vigentes, com as devidas adequações ao Curso Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância;

O Comitê Docente Estruturante (CDE) tem como competência acompanhar, avaliar e verificar a necessidade de alterações/atualizações do Projeto Pedagógico, emitindo parecer, observando o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, podendo realizar atualizações pontuais, nas ementas e nas bibliografias das disciplinas, mediante a aprovação dos Conselhos Superiores.

5.9 Integração entre teoria e prática

A integração entre teoria e prática se dará através da participação dos alunos nas atividades curriculares de extensão, no desenvolvimento das pesquisas nos Trabalhos de Conclusão de Curso e em atuação em organizações públicas nos Estágio Curriculares Obrigatório.

A eficiência da integração entre a teoria e a prática profissional no processo ensino-aprendizagem é uma das bases mais sólidas na formação do Bacharel em Administração Pública.

As atividades de caráter prático serão ofertadas através de disciplinas curriculares com práticas em atividades de campo; de iniciação científica ou em atividades de monitoria em disciplinas, contemplando acadêmicos bolsistas ou voluntários. No âmbito externo da UEMS o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório, representam atividades que podem integrar o acadêmico ao ambiente da prática profissional. Outras atividades podem subsidiar o acadêmico no campo profissional, tais como visitas técnicas, estudo de casos *in loco*, participação em congressos ou eventos técnicos/científicos.

A participação dos acadêmicos nas atividades científicas desenvolvidas no ambiente da Universidade e fora dela, sob sua supervisão, possibilita o contato e a familiarização com equipamentos e processos típicos da vida profissional aperfeiçoando os conhecimentos adquiridos.

A percepção das limitações e especificidades dos modelos teóricos, em ambiente não controlado, é um aspecto significativo na formação do profissional em Administração Pública.

5.10 Processo de Comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, redes sociais, aplicativos de troca de mensagens instantâneas, *e-mail* e *webconferência*.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; videoaulas.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de

avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

5.11 Inclusão, diversidade e formação acadêmica

A educação enquanto um dos direitos humanos, sociais e fundamentais garantido em documentos e ações normativas internacionais e nacionais se configura como um direito de todos inscrito na Constituição Federal brasileira (GOMES, 2008). Entretanto, a “garantia” de direitos no “texto da Lei” nem sempre se materializa em ações concretas das políticas públicas (PALUMBO, 1998), sendo que na Educação, em virtude de uma série de fatores histórico-sociais, nem todos conseguem ter acesso, gerando assim a exclusão na/da escola (FERRARO, 2004).

No enfrentamento da exclusão educacional, a sociedade civil organizada e o Estado brasileiro concentraram esforços em um processo de democratização da escola pública e na garantia do direito educacional a todos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Nesse processo, temas como acessibilidade e educação inclusiva são recorrentes e alvo de atenção especial por parte do Estado, sendo que “[...] a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” é um dos princípios do ensino brasileiro garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a UEMS, em acordo a legislação vigente, compreende a acessibilidade como uma série de recursos materiais, pedagógicos e arquitetônico, bem como adaptações, equipamentos assistivos e atitudes que visam garantir o acesso aos bens culturais e patrimoniais para acadêmicos e funcionários desta Instituição, conforme expresso na Lei Federal n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Nesse sentido, todos os Polos de EaD têm acessibilidade assegurada por meio de rampas de acesso, banheiros, bebedouros e mobiliários adaptados. Além disso, contam com a disponibilização de plataformas digitais com dispositivos de acessibilidade áudio visual e o planejamento de tecnologias assistivas, sempre que necessário.

Além disso, a UEMS disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE - o Decreto n. 7.611/ 2011; BRASIL, 2011) de forma complementar e ou

complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

Na UEMS, o desenvolvimento e acompanhamento do AEE, além dos princípios legais vigentes, é orientado por normativas internas aprovadas por seus Conselhos Superiores. Assim, quando necessário, o acadêmico com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, regularmente matriculados na UEMS, conta com um Plano Educacional Individualizado (PEI), elaborado a partir de estudos de caso realizados pela DID/PROE em conjunto com a coordenação de Curso, a coordenação pedagógica EaD/UEMS, o corpo docente e a família.

Para fins de identificação das necessidades educacionais de acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, deve ser apresentado à coordenadoria de curso e, posteriormente, encaminhados à DID/PROE, laudo médico e psicopedagógico, em que conste a deficiência e as necessidades básicas do acadêmico, na forma da Lei.

Aos acadêmicos com altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas do Curso. A avaliação multidimensional será realizada por uma comissão definida pelo colegiado do Curso e contará com a participação do coordenador do Curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE.

Aos acadêmicos com graves deficiências, intelectual ou múltipla, terão a possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, por meio de flexibilização do período de integralização curricular e, sempre que possível, e sem prejuízo para o acadêmico. Essa flexibilização será planejada em comum acordo com a família, a Coordenação de Curso, a Coordenação pedagógica/DED, a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), a Assessoria Jurídica e a PROE.

Enquanto que aos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação impossibilitados de frequentar as aulas presenciais, em razão de problemas de saúde, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio, será garantido o AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial.

Os Casos omissos serão definidos pela DID/PROE, em conjunto com a coordenação de curso, coordenação pedagógica (EaD/UEMS) e professores do curso.

A UEMS é conhecida e reconhecida como uma instituição que prima por abraçar, desde sua fundação, a população marginalizada, geográfica, econômica e socialmente. O princípio da inclusão norteia os passos por ela tomados partindo da escolha da Sede Administrativa em uma cidade do interior do Estado, a fim de atingir a formação de profissionais capazes de perceber e agir sobre suas realidades, alterando positivamente as configurações de seus entornos.

A Instituição tem o compromisso de proporcionar um processo educacional, justo e democrático, para a produção do conhecimento e para a efetivação de políticas de inclusão, com vistas a contemplar a gama de diversidades do país. Além do sistema de cotas para ingresso de negros e indígenas, visando garantir o acesso de grupos considerados vulneráveis do ponto de vista étnico, racial, social e cultural, a Universidade, a partir da Deliberação CE/CEPE nº 312, de 30 de abril de 2020, possibilita, também, a normatização das questões referentes à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Tal normativa está embasada na legislação vigente, a saber: Constituição Federal de 1988, Lei Federal n.º 9.394/1996, Lei Federal n.º 10.098/2000, Lei Federal n.º 10.436/2002, Lei Federal n.º 12.764/2012, Lei Federal n.º 13.005/2014, Lei Federal n.º 13.146/2015, Decreto Federal n.º 5.296/2004, Decreto Federal n.º 5.626/2005, Decreto Federal n.º 7.611/2011, Decreto Federal n.º 8.368/2014, Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, Lei Estadual n.º 2.787/2003, Lei Estadual n.º 4.621/2014; a Indicação CEE/MS n.º 100/2019, aprovada em reunião do Conselho Pleno de 05/12/2019; e, fundamentada no teor da Deliberação CEE/MS N.º 11.883, de 5 de dezembro de 2019.

Partindo-se do conjunto dessas legislações e da necessidade de apresentar os conceitos norteadores para as práticas didático-metodológicas adotadas em todos os cursos de graduação da UEMS (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos), na modalidade presencial ou a Distância, é preciso trazer, neste projeto pedagógico, como a instituição compreende a Educação Especial e a quem ela se destina. Desse modo, o Art. 2º da Deliberação CE/CEPE nº 312 afirma que

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É um processo educacional definido pelas instituições, em suas propostas pedagógicas e ou projetos de curso e em seus regimentos, de modo que assegure recursos e serviços educacionais com vistas a apoiar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo acesso, permanência, progressão escolar e terminalidade, devendo ser ofertada, inclusive, na Educação Superior.

De acordo com esse texto, o processo compreendido como Educação Especial compreende a garantia do acesso, da permanência, da progressão escolar e da terminalidade adequada ao aluno PCD (Pessoa Com Deficiência), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de trazer a esse público-alvo as seguintes garantias:

- Oferta, sempre que necessária, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ou seja, conjunto de estratégias, recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, de forma a promover a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em interação com a coordenadoria do curso;
- Plano educacional individualizado, elaborado por professor especializado, contratado para prestar o AEE, em colaboração com os docentes que ministram aulas para o acadêmico, conforme as condições identificadas, a partir da avaliação pedagógica e de informações complementares, sendo, posteriormente, apresentado à coordenadoria de curso e, a seguir, encaminhados à DID/PROE, relatório de avaliação pedagógica, além de diagnóstico, na forma da Lei;
- Terminalidade específica, a partir de critérios a serem definidos pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, aos acadêmicos com altas habilidades ou superdotação, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas/módulos do Curso;
- Possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, aos acadêmicos com graves deficiências intelectuais ou múltiplas, por meio de flexibilização do período de integralização curricular, sempre que

possível, e sem prejuízo para o acadêmico. Essa flexibilização será planejada em conformidade com as capacidades do aluno, a avaliação do professor AEE, a anuência da Coordenação e demais setores competentes da UEMS, sob a supervisão da DID/PROE;

- Avaliação multidimensional realizada por comissão definida pelo colegiado do Curso que contará com a participação do coordenador do Curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE;
- Estratégias de ensino específicas, a partir das necessidades educacionais do acadêmico, identificadas no processo avaliativo, sendo que estas devem constar no plano de ensino e no plano de trabalho de cada componente curricular;
- Apoio, realizado por profissional capacitado, aos acadêmicos que necessitem de auxílio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção;
- AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial quando impossibilitados de frequentar as aulas, em razão de problemas de saúde e outro impedimento, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio.

O Colegiado de Curso, o Comitê Docente Estruturante, a Coordenação Pedagógica e os docentes do curso atuarão na identificação e na previsão do atendimento educacional especializado ao público da Educação Especial, considerando a interação com barreiras diversas que podem impedir e ou restringir a sua participação plena e efetiva na instituição de ensino e na sociedade.

Nesse sentido, em conformidade com a DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, o Curso atuará junto à Divisão de Inclusão e Diversidade – DID/PROE para o viabilizar, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades

educacionais dos acadêmicos (art. 5º, II).

Além das garantias elencadas, a Deliberação CE/CEPE nº 312, reforça a visão da UEMS de *“Ser Instituição pública, gratuita e de qualidade, pautada na inclusão social e nos princípios éticos e morais, que atenda às demandas da sociedade e contribua para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul e do país”*¹, quando preconiza, em seu Art. 13, que

A interface da Educação Especial na educação escolar indígena, do campo, quilombola, dentre outros grupos específicos, deve assegurar que os recursos e serviços de apoio pedagógico especializado constem nos projetos pedagógicos de cursos.

Parágrafo único. As diferenças socioculturais e as especificidades dos grupos mencionados no caput devem ser consideradas quando da definição do AEE.

Uma vez que abarca e amplia o sistema de cotas trazendo-o, também, para o conjunto de ações que constituem o AEE em uma dimensão social e cultural, para além da complementação e/ou suplementação dos conhecimentos ofertados aos graduandos da UEMS, independentemente de gênero, idade, sexualidade e singularidades dos “demais grupos específicos” que constituem a comunidade universitária.

É nesse sentido que a oferta de disciplinas que primam pela inclusão e pela não discriminação como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, denotam, além das questões legais, uma postura institucional de reconhecimento da LIBRAS como língua oficial no Brasil e como meio de ampliação e garantia da cidadania a seus usuários no âmbito acadêmico e social, uma vez que a instituição confere ao graduando, por meio dessa postura inclusiva, uma estrutura que o impulsiona para a autonomia física e para o pertencimento.

Portanto, o sucesso do processo de inclusão é maior que a menção da legislação. Relaciona-se à estrutura organizacional da instituição, aos mecanismos e dispositivos ofertados para que alunos com deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e os demais discentes sejam capazes de, pela discussão das realidades de conteúdos transversais como “Relações humanas”, “Gênero e Sexualidade”, “Relações étnico-raciais”, “Educação para a diversidade étnico-racial e cultural”,

acessem temáticas e conteúdos essenciais para a garantia de um ensino de qualidade para todos os alunos que necessitem de algum tipo de apoio, bem como a inserção de cidadãos que apresentem empatia junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

5.12 Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **o estudante**: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **professores autores**: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs));
- **professores formadores**: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **professores pesquisadores**: ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- **tutores (presenciais, a distância)**: bacharéis em Administração, ou em áreas afins. atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os Alunos em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do Curso de Bacharelado em Administração Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos

A figura 3 esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:

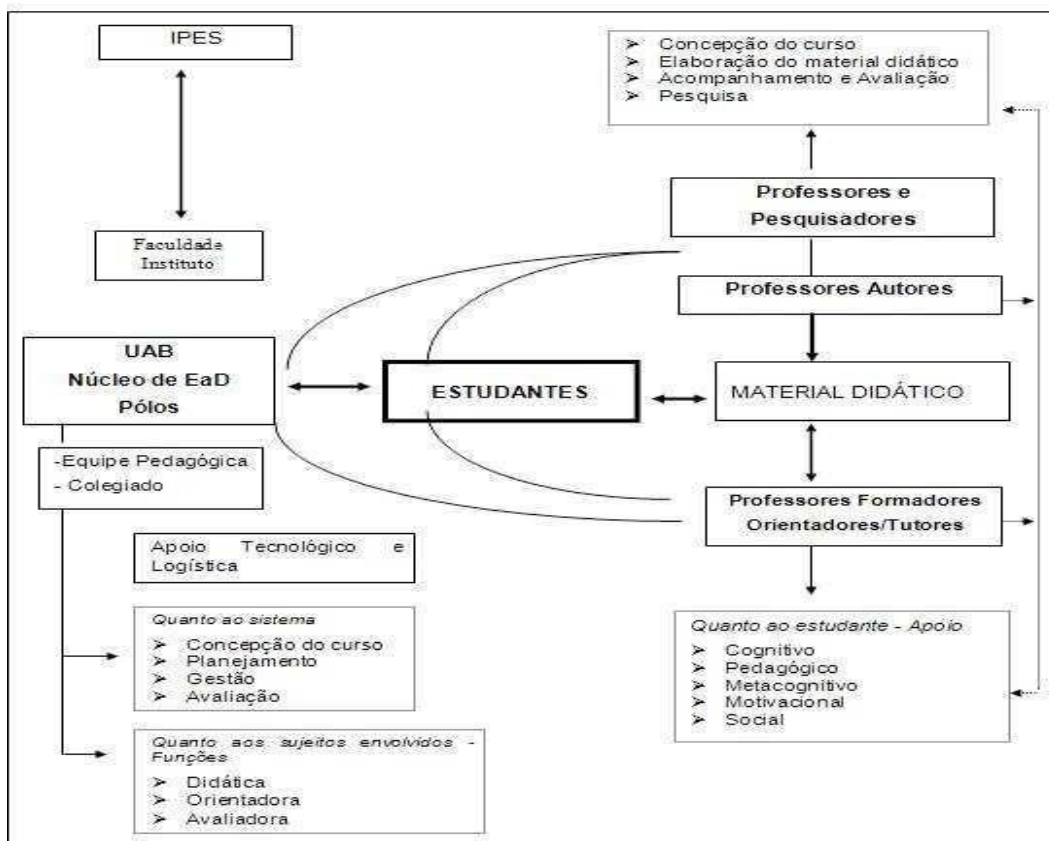


Figura 3 – Componentes da ação formativa no Curso de Bacharelado em Administração Pública - a distância

Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

- **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- *A estrutura organizativa*, composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

- *A comunicação:* que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do Aluno, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios

necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos Alunos.

- *O trabalho cooperativo*: somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web

designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores *webdesigner*, *instrucional designer*, secretário acadêmico e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes curso:

I. Produção dos Materiais

II. Formação de Tutores

III. Capacitação em Gestão de Educação a Distância - Curso para capacitação do pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais do Curso. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material auto-instrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.

IV. Formação de pessoal Técnico/Administrativo - Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o AVA utilizado.

Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico- Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre

os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ os processos de orientação e avaliação próprios;
- ▶ o monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS).

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa, com exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada Ipes.

A estrutura pedagógica de EaD do Curso de Bacharelado em Administração

Pública conta com os seguintes atores:

- Coordenação de curso;
- Professores formadores;
- Professores conteudistas;
- Coordenação de tutores;
- Coordenação de estágio;
- Tutores presenciais e a distância;
- Webdesigner;
- instrucional designer*;

Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao Aluno, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

Seleção de Tutores

Os tutores serão escolhidos por meio de processo seletivo simplificado com análise de currículos e entrevistas estruturadas. Nas entrevistas serão estabelecidos critérios que levem a uma percepção positiva, sobre o candidato, acerca de seu relacionamento e competências profissionais para o envolvimento com a área de administração pública e o Ensino a Distância.

Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento

e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul antes do início do curso e ao longo do curso. Por meio do curso de formação de tutores a ser realizada com todos os recursos que serão utilizados no curso com apoio financeiro da UAB e coordenação da Assessoria em Educação a Distância da UEMS.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail* e;
- *webconferência*.

Atividades presenciais

As atividades presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, podem incluir avaliação do desempenho discente,

apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo. As atividades presenciais não são obrigatórias e ocorrerão somente quando houver segurança para serem realizadas.

Controle da Produção e Distribuição do Material Didático

O controle da produção e distribuição do material didático será realizado por comissões da Universidade Aberta do Brasil e Coordenação do Curso na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

6 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

O projeto contempla a integração de professores pesquisadores tradicionalmente envolvidos com a pesquisa em temas de administração pública em Mato Grosso do Sul com alunos que se interessam pelo mesmo tema ou são servidores públicos. A UEMS liderou, no ano de 2006, em parceria com diversas universidades, um curso de especialização em gestão pública que objetivou a formação de servidores públicos estaduais, bem como a proposição de soluções para problemas de gestão em seus respectivos postos de trabalho.

Os alunos poderão participar dos programas de iniciação científica no âmbito da pesquisa do ensino e da extensão disponíveis na UEMS. A implantação do curso permitirá a proposição de projetos integradores para estruturação de trabalhos de conclusão de curso que contemplem problemas reais vivenciados pelos alunos em seus postos de trabalho, beneficiando a comunidade ao aumentar a eficiência da administração pública.

A inserção da UEMS na sociedade constitui-se no fundamento da integração entre ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito institucional. A história da UEMS, ao longo de seus 26 anos, se baseia no compromisso com a melhoria da qualidade da educação superior e nas contribuições ao desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul, tornando-se um importante mecanismo de inclusão social através da oferta dos cursos de graduação, do desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas e de projetos de extensão em todas as regiões do estado. O suporte e apoio para essas linhas de formação social é priorizado pela instituição desde a sua criação, através de programas de bolsas para graduação (monitoria,

projetos de ensino, iniciação à docência, iniciação científica e extensão), financiados por instituições estaduais e federais de fomento.

Desta forma, a matriz curricular do curso buscará a formação integral e adequada do aluno durante seu desenvolvimento formativo e, que esse processo de ensino, tendo como base os conhecimentos clássicos da profissão, deverá avançar, considerando a congruência entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A integração entre esses três campos potencializará a qualidade do ensino de graduação, e ofertará à sociedade soluções para os problemas locais.

Essa integração é importante, pois uma profunda inserção junto à sociedade através das atividades de extensão é imprescindível para se conhecer a realidade enfrentada no contexto das instituições públicas, conseqüentemente, na busca por soluções através dos conhecimentos adquiridos no ensino e pesquisa.

Para tanto, a principal forma de proporcionar aos acadêmicos condições necessárias para atender a estes objetivos, se dará através do incentivo à participação em atividades e eventos de pesquisa e extensão, em estágios supervisionados obrigatórios e não-obrigatórios, além dos programas de monitoria, iniciação científica, extensão, entre outros.

6.1 Atividades de Ensino

As atividades de ensino serão desenvolvidas pelos docentes, compreendendo a elaboração e execução de projetos de ensino e programa de monitoria, com participação voluntária ou remunerada dos acadêmicos.

6.2 Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e Pesquisa

A participação em projetos de pesquisa e em programas de iniciação científica são de grande importância para a formação acadêmica e constituem pilares da UEMS. Neste contexto, o curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, considerando a disposição da matriz curricular, estágios e atividades complementares em relação a carga horária, permitirá a participação dos discentes em projetos de pesquisa e em programas de iniciação científica em suas diferentes modalidades. As atividades, além de serem realizadas na própria UEMS, poderão ser exercidas em parceria com outras instituições de ensino e pesquisa,

bem como junto às organizações civis, instituições públicas e privadas e em parceria com as instituições públicas da região.

O curso estimulará os graduandos no envolvimento crescente com a atividade científica, desde a experiência na elaboração de projetos, sua possível execução, obtenção e divulgação dos resultados e, desta forma, cumprirá a importante missão social de formar recursos humanos qualificados, contribuindo para a solução dos problemas sociais, visto que, sempre que possível, os projetos de pesquisa serão articulados com os projetos de extensão e vice-versa.

A participação em atividades de iniciação científica como voluntário e a oferta de bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica da UEMS (PIC/UEMS) nas modalidades PIBIC/UEMS e PIBIC/CNPq, PIBIC-AAF e PIBITI, constituem excelentes oportunidades para que os graduandos se insiram nos projetos de pesquisa.

6.3 Atividades de Extensão e Creditação da Extensão

A extensão universitária, de acordo com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, caracteriza-se por:

Atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 1-2).

No curso de Administração Pública a principal função da extensão é tornar disponível, diretamente à sociedade, o conhecimento gerado e, além disso, promover debates que estimulem as demandas da sociedade por um curso capaz de contribuir para a solução dos problemas relacionados às necessidades públicas local, regional e, por que não, nacional. Isso possibilita a extensão ser a atividade articuladora da pesquisa e do ensino no âmbito do curso. Para tanto, a extensão deverá ser prática presente nas disciplinas do curso de Administração Pública, alimentando o debate educativo e propondo soluções. Tem como objetivo final a qualificação dos discentes para os desafios enfrentados no mundo atual em relação às políticas públicas vigentes.

As ações de Extensão classificam-se em: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, publicação e outros produtos acadêmicos inseridos nas áreas temáticas alinhadas com o Plano Nacional de Extensão Universitária, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão no âmbito da UEMS.

A UEMS, por meio da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC) possui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) que propicia aos discentes a oportunidade de obterem bolsas e, desta forma, desenvolverem suas atividades de extensão mediante a orientação de um docente, além do Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer (PIBCEL) que tem por objetivo estimular professores e técnicos a envolverem alunos de graduação nas ações voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes relacionadas especificamente às áreas de Cultura, Esporte e Lazer. O programa possibilita ao acadêmico novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos. Para os dois programas, através de editais específicos, os docentes da instituição podem submeter propostas de projetos de extensão, os quais preveem bolsas para estudantes integrantes destas propostas.

As atividades de extensão universitária serão incentivadas, através da participação dos alunos na organização de *workshops*, semana acadêmica, encontros científicos da UEMS, eventos regionais e nacionais.

A carga horária de atividades de extensão do curso de Administração Pública, correspondente ao total de 360 horas, será cumprida ao longo do oferecimento dos quatro anos do curso, com carga horária de 90 horas anuais, aos quais envolverá todas as disciplinas oferecidas em cada série correspondente. Será incentivado a interdisciplinaridade para a definição das atividades de extensão, assim como, a participação de todos os docentes do curso para sua organização e efetiva realização. No início de cada ano serão definidas, através de reunião de colegiado, os projetos, cursos ou programas de atividades de extensão a serem desenvolvidas no respectivo ano, de acordo com a Instrução Normativa PROE-PROEC/UEMS nº. 001/2020, de 21 de agosto de 2020, que regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020, acerca da adequação dos projetos pedagógicos para creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado visa: a formação acadêmico-profissional do aluno; o fortalecimento dos espaços formativos; a inserção do aluno-estagiário na vida econômica, política, sociocultural da sociedade; a prática no processo ensino-aprendizagem; a integração da UEMS com os demais segmentos sociais.

Caberá a UEMS, a responsabilidade de celebrar e zelar pelo cumprimento do termo de compromisso com estagiário e a instituição concedente do estágio e que o acolherá, de avaliar as condições e instalações do lócus de estágio, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução do plano de atividades do estagiário.

Os alunos serão assistidos e orientados, em seu período de estágio, pelo Coordenador de Estágio e um profissional identificado na organização concedente.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado serão realizadas durante a 3ª e 4ª Séries, por meio das pesquisas e práticas profissionais e seguirão as normas internas da UEMS.

Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

O estágio supervisionado totaliza 300 horas e será cumprido de acordo os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Bacharelado em Administração Pública.

De acordo com Art. 1º da Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre os estágios de estudantes:

“Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008, p.1).

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é considerado uma experiência pré-profissional mediante articulação teoria/prática, essencial na formação do aluno. Nesta atividade, o aluno passará um período aplicando os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na Universidade junto às condições dos futuros campos

profissionais de trabalho, como em empresas públicas, autarquias, estatais, paraestatais e de economia mista, cooperativas, instituições de ensino, pesquisa e extensão, nas quais apresentem possibilidades de atuação relacionada à formação profissional e acadêmica, devidamente conveniadas. Os estagiários, além de estarem sujeitos ao regime disciplinar e de possuírem os direitos e deveres estabelecidos no Regimento Geral da UEMS, deverão, também, estarem sujeitos às normas que regem as instituições que se constituírem em campos de estágio.

O ECS tem como objetivo proporcionar ao acadêmico, desde as etapas iniciais do curso, aprendizagem metodológica, prática e também teórica das mais diversas atividades inerentes à profissão. Proporciona o contato do profissional em formação com situações, contextos e sobre a prática do funcionamento das empresas e órgãos públicos, permitindo que conhecimento, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, capacitando o acadêmico para conviver, compreender e intervir na realidade de sua formação profissional, consolidando sua formação acadêmica, atendendo as diretrizes curriculares do Curso.

Com a realização de estágios curriculares, além dos conhecimentos adquiridos, o aluno em formação propicia maior fluxo de informações, nos dois sentidos, entre a Universidade e a sociedade. De uma parte a comunidade se beneficia com a introdução e divulgação de novas tecnologias vindas do ambiente acadêmico, além da possibilidade do estagiário tornar-se conhecido pelas empresas empregadoras. Por outro lado, o estágio fora da Universidade pode constituir-se num excelente instrumento de retroalimentação do ensino, fornecendo subsídios para que os professores reajustem, caso necessário, seus planos de ensino à realidade dos sistemas produtivos.

Na realização do estágio o acadêmico permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada, supervisionadas por membros da instituição recebedora, nos quais procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas. Neste sentido, o curso possui as seguintes modalidades de estágio: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com carga horária de 300 horas; e Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório com carga horária livre, que poderá ser realizado a qualquer momento a partir do ingresso no curso.

7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso tem caráter curricular obrigatório para aprovação e obtenção do diploma, sendo oferecido no núcleo de conteúdos profissionais essenciais, podendo ser desenvolvido a partir do 5º (quinto) semestre do curso, conforme cronograma aprovado pela Comissão de Estágio Supervisionado (COES) e Regulamento Geral dos estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Esta modalidade de estágio proporciona a oportunidade do aluno estagiar por maior período, em empresas, cooperativas, centros de pesquisa, entre outros órgãos e instituições, assim definido na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre os estágio de estudantes.

O ECSO envolve o estágio propriamente dito e a apresentação do respectivo relatório de estágio. A carga horária total do ECSO é de 300 horas, sendo integralizada de acordo com a legislação de estágio vigente. Além disso, de acordo com Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, experiências profissionais relacionadas ao curso poderão ser aproveitadas para compor o ECSO, cabendo à COES a análise e validação do aproveitamento para a aprovação no colegiado de curso e demais providências. A avaliação do ECSO se dará por meio da elaboração do relatório de estágio, submetidos à avaliação pelo professor de estágio.

Para efeito de lotação docente, o ECSO terá a lotação de um professor formador, ao qual desenvolverá a função de Coordenador de Estágio, com as seguintes funções: esclarecer ao acadêmico os objetivos do ECSO, a forma de avaliação e as metodologias a serem empregadas; elaborar, em conjunto com o acadêmico, o plano de atividades; proceder ao acompanhamento contínuo do desenvolvimento do trabalho, bem como a execução do cronograma proposto; avaliar as condições do campo de estágio e orientar a redação do relatório final.

7.2 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório (ECSNO) é uma atividade opcional, realizada em qualquer período do curso, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, regido pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e também pelo Regulamento de estágios da UEMS.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 120 horas – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

Sua elaboração, cujo tema deverá ser definido pelo aluno, com o acompanhamento de um professor orientador, ou professora orientadora, terá início nas disciplinas de Elaboração de Projeto de TCC I e de Elaboração de Projeto de TCC II, oferecidas na 3ª série do curso. Estas duas disciplinas não fazem parte da carga horária de 120 horas do TCC, no entanto, servirão de embasamento para o desenvolvimento do TCC, nas disciplinas de TCC I e de TCC II, oferecidas na 4ª Série, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área. Portanto, o aluno deverá cursar as disciplinas de Elaboração de Projeto de TCC I e de Elaboração de Projeto de TCC II, ao quais darão apoio ao desenvolvimento do TCC. No TCC, o aluno deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração da modalidade definida. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos alunos. A defesa do trabalho será continuada, através de seminários apresentados pelos alunos, integrando as atividades nos encontros presenciais das disciplinas de Elaboração de Projeto de TCC I, Elaboração de Projeto de TCC II, TCC I e TCC II e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações. Caberá ao colegiado de curso elaborar e aprovar o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, com anuência da PROE.

Apesar de ser a base para o seu desenvolvimento, as disciplinas de Elaboração de Projeto de TCC I e Elaboração de Projeto de TCC II não fazem parte da carga horária de 120 horas do Trabalho de Conclusão de Curso, pois trata-se de uma carga horária, oferecida na 3ª Série do curso, em que o aluno deverá demonstrar, em forma de seminários e de forma detalhada, o que pretende desenvolver e a metodologia a ser utilizada em seu Trabalho de Conclusão de

Curso, a ser desenvolvido na 4ª Série. Portanto, as disciplinas de Elaboração de Projeto de TCC I e Elaboração de Projeto de TCC II são disciplinas que antecedem a carga horária de TCC.

9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso.

A oferta das atividades será de livre escolha de cada aluno, mediante regulamento próprio.

Quadro 1. Atividades Complementares

Atividades	Carga Horária Máxima
Grupo I – Atividades de Ensino	
Projetos de ensino	100
Ciclos de Palestras	100
Jornadas/Semanas Acadêmicas	100
Encontros Científicos	100
Disciplinas realizadas em outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso	100
Cursos (presenciais ou online)	100
Módulos Temáticos	100
Monitorias	100
Visitas Técnicas	100
Grupo II – Atividades de Extensão e Cultura	
Empresas Juniores	120
Mostra Cultural	100
Viagens de Estudo	100
Oficinas de Extensão	100
Workshops	100
Congresso	100
Grupo III – Atividades de Pesquisa	
Núcleos de Estudos e de Pesquisas vinculados às áreas estratégicas do curso de Administração Pública	100
Encontros Científicos	100
Projetos de Iniciação Científica	100
Seminários	100
Grupos de Pesquisa	100
Oficinas de Pesquisa	100
Grupo IV – Atividades de Representação Estudantil	
Representante de sala	120
Participação em Diretório Acadêmico Estudantil (DCE)	120

Participação em Centro Acadêmico (CA)	120
Grupo V – Outras Atividades Práticas	
Atividades Voluntárias Desenvolvidas junto a Organizações Privadas, Públicas e Não Governamentais	120

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

10.1 Matriz curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em quatro séries anuais e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Curricular Supervisionado (300 horas);
- II. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio da UEMS.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

Quadro 2. Grupo 1 (Base comum que compreende os princípios da organização do PPCG)

Disciplina	Carga Horária (hora-aula)
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	36
Ciência Política	36
Contabilidade Geral	72
Direito Administrativo	72
Economia Brasileira	72
Filosofia e Ética	72
Instituições de Direito Público e Privado	72
Introdução à EaD	36
Introdução à Economia	72
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	36
Macroeconomia	72
Marketing e Sociedade	36
Métodos e técnicas de estudos	36
Psicologia Organizacional	72
Redação Oficial	36
Sociologia Organizacional	72
Teorias da Administração I	72
Elaboração de Projeto de TCC I	36
Elaboração de Projeto de TCC II	36

Quadro 3. Grupo 2 (Núcleo que compreende os conteúdos específicos da área de formação do PPCG)

Disciplina	Carga Horária
-------------------	----------------------

	(hora-aula)
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	72
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	72
Auditoria e controladoria	72
Administração Pública	72
Administração Pública Brasileira	72
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	72
Cooperação Internacional	72
Decisão e Informação na Gestão Pública	72
Empreendedorismo governamental	36
Estatística Aplicada à Administração	72
Estratégia nas Organizações Públicas	72
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	72
Gestão da qualidade no Setor Público	36
Gestão de Pessoas no Setor Público	72
Gestão de Projetos Públicos	72
Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	36
Gestão do Conhecimento	72
Gestão Social e Participação Popular	72
Governo Eletrônico	36
Inovação na Administração Pública	72
Licitação, Contratos e Convênios	72
Matemática Financeira	36
Matemática para Administradores	72
Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	72
Negociação e Arbitragem	72
Orçamento Público	72
Organização, Sistemas e Métodos	72
Planejamento Governamental	72
Políticas Públicas	72
Regulação de Serviços Públicos	36
Responsabilidade Social e Terceiro Setor	72
Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	36
Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	36
Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	36
Teoria das Finanças Públicas	72

Quadro 4. Matriz curricular

Série	Disciplina	Carga Horária			
		Total	Teórica	Prática	Extensão
1º SEMESTRE					
1ª	Introdução à EaD	36	36	0	0

1ª	Teorias da Administração I	72	72	0	0
1ª	Introdução à Economia	72	72	0	0
1ª	Métodos e técnicas de estudos	36	36	0	0
1ª	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	36	36	0	0
1ª	Psicologia Organizacional	72	72	0	0
1ª	Ciência Política	36	36	0	0
1ª	Filosofia e Ética	72	72	0	0
2º SEMESTRE					
1ª	Contabilidade Geral	72	72	0	0
1ª	Macroeconomia	72	72	0	0
1ª	Matemática para Administradores	72	72	0	0
1ª	Administração Pública	72	72	0	0
1ª	Sociologia Organizacional	72	72	0	0
1ª	Redação Oficial	36	36	0	0
TOTAL		828	828	0	0

Série	Disciplina	Carga Horária			
		Total	Teórica	Prática	Extensão
1º SEMESTRE					
2ª	Administração Pública Brasileira	72	72	0	0
2ª	Estatística Aplicada à Administração	72	72	0	0
2ª	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	72	72	0	0
2ª	Teoria das Finanças Públicas	72	72	0	0
2ª	Matemática Financeira	36	36	0	0
2ª	Gestão Social e Participação Popular	72	72	0	0
2ª	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	36	36	0	0
2ª	Direito Administrativo	72	72	0	0
2º SEMESTRE					
2ª	Planejamento Governamental	72	72	0	0
2ª	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	72	72	0	0
2ª	Organização, Sistemas e Métodos	72	72	0	0

2ª	Decisão e Informação na Gestão Pública	72	72	0	0
2ª	Instituições de Direito Público e Privado	72	72	0	0
2ª	Marketing e Sociedade	36	36	0	0
TOTAL		900	900	0	0

Série	Disciplina	Carga Horária			
		Total	Teórica	Prática	Extensão
1º SEMESTRE					
3ª	Estratégia nas Organizações Públicas	72	72	0	0
3ª	Gestão de Pessoas no Setor Público	72	72	0	0
3ª	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	72	72	0	0
3ª	Economia Brasileira	72	72	0	0
3ª	Governo Eletrônico	36	36	0	0
3ª	Gestão do Conhecimento	72	72	0	0
3ª	Elaboração de Projeto de TCC I	36	36	0	0
3ª	Estágio Curricular Supervisionado I	90	0	90	0
3ª	Gestão de Projetos Públicos	72	72	0	0
2º SEMESTRE					
3ª	Orçamento Público	72	72	0	0
3ª	Políticas Públicas	72	72	0	0
3ª	Licitação, Contratos e Convênios	72	72	0	0
3ª	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	72	72	0	0
3ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	36	36	0	0
3ª	Elaboração de Projeto de TCC II	36	36	0	0
3ª	Estágio Curricular Supervisionado II	90	0	90	0
TOTAL		1.044	864	180	0

Série	Disciplina	Carga Horária			
		Total	Teórica	Prática	Extensão
1º SEMESTRE					
4ª	Auditoria e Controladoria	72	72	0	0

4ª	Regulação de Serviços Públicos	36	36	0	0
4ª	Negociação e Arbitragem	72	72	0	0
4ª	Inovação na Administração Pública	72	72	0	0
4ª	Gestão da qualidade no Setor Público	36	36	0	0
4ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	36	36	0	0
4ª	Trabalho de Conclusão de Curso I	72	72	0	0
4ª	Estágio Curricular Supervisionado III	90	0	90	0
4ª	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	72	72	0	0
2º SEMESTRE					
4ª	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	72	72	0	0
4ª	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	36	36	0	0
4ª	Empreendedorismo governamental	36	36	0	0
4ª	Cooperação Internacional	72	72	0	0
4ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	36	36	0	0
4ª	Estágio Curricular Supervisionado IV	90	0	90	0
4ª	Trabalho de Conclusão de Curso II	72	72	0	0
TOTAL		972	792	180	0

Quadro 6. Resumo da Organização Curricular

Componentes Curriculares	Carga horária	
	Hora-aula	Horas
Grupo 1	1.044	870
Grupo 2	2196	1.830
Atividades Complementares	-	120
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	-	300
Trabalho de Conclusão de Curso	-	120
Atividades Curriculares de Extensão	-	360
Total	3.240	3.600

A carga horária das disciplinas acima, dos grupos 1 e 2, estão organizadas em horas-aulas e todas são divisíveis por 18, o que corresponde a 15 horas relógio. A organização curricular em horas relógio justifica-se devido ao pagamento de bolsas (é pago uma bolsa para cada 15 horas relógio) cujo currículo e carga horária foram

elaborados pelo Programa Nacional em Administração Pública (PNAP) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). O curso de Bacharelado em Administração Pública é totalmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Organizada de forma seriada semestral, as disciplinas são oferecidas em módulo, duas a cada período em torno de 40 dias. Esta organização é para evitar o acúmulo de disciplinas a serem ofertadas de forma concomitante ao longo de cada Série.

10.2 Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional de Bacharelado em Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, com as ementas a serem definidas por cada Ipes, e que tratem de questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.

11 TABELA DE EQUIVALÊNCIA

A tabela de equivalência, abaixo, poderá ser utilizada por alunos que ingressarem no curso, proveniente do projeto pedagógico anterior a este.

Quadro 8. Tabela de Equivalência

Projeto Pedagógico em Extinção	CH Total	Série	Projeto Pedagógico Implantação em 2021	CH Total	Série
Informática para Administradores – Optativa I	60	1 ^a	SEM EQUIVALÊNCIA		
Introdução à EAD	30	1 ^a	Introdução à EaD	36	1 ^a
Filosofia e Ética	60	1 ^a	Filosofia e Ética	72	1 ^a
Teorias da Administração I	60	1 ^a	Teorias da Administração I	72	1 ^a
Introdução à Economia	60	1 ^a	Introdução à Economia	72	1 ^a
Seminário Integrador	60	1 ^a	SEM EQUIVALÊNCIA		
Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração	60	1 ^a	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	72	2 ^a
Psicologia Organizacional	60	1 ^a	Psicologia Organizacional	72	1 ^a
Ciência Política	60	1 ^a	Ciência Política	36	1 ^a
Contabilidade Geral	60	1 ^a	Contabilidade Geral	72	1 ^a
Matemática para Administradores	60	1 ^a	Matemática para Administradores	72	1 ^a
Teorias da Administração II	60	1 ^a	SEM EQUIVALÊNCIA		

Macroeconomia	60	1ª	Macroeconomia	72	1ª
Seminário Integrador I	30	1ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	36	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Métodos e técnicas de estudos	36	1ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	36	1ª
Teorias da Administração Pública	60	2ª	Administração Pública	72	1ª
Economia Brasileira	60	2ª	Economia Brasileira	72	3ª
Organização, Processos e Tomada de Decisão	60	2ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Seminário Integrador II	30	2ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	36	4ª
Sociologia Organizacional	60	2ª	Sociologia Organizacional	72	1ª
Instituições de Direito Público e Privado	60	2ª	Instituições de Direito Público e Privado	72	2ª
Direito Administrativo	60	2ª	Direito Administrativo	72	2ª
Estatística Aplicada à Administração	60	2ª	Estatística Aplicada à Administração	72	2ª
Sistema de Informações e Comunicação (SIC) no Setor Público	60	2ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Contabilidade Pública	60	2ª	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	72	2ª
Redação Oficial	60	2ª	Redação Oficial	36	1ª
Língua Brasileira de Sinais	60	2ª	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	36	1ª
Seminário Integrador III	30	2ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	36	4ª
Teorias das Finanças Públicas	60	2ª	Teoria das Finanças Públicas	72	2ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Administração Pública Brasileira	72	2ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Gestão Social e Participação Popular	72	2ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Planejamento Governamental	72	2ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Organização, Sistemas e Métodos	72	2ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Decisão e Informação na Gestão Pública	72	2ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Marketing e Sociedade	36	2ª
Gestão de Operações e Logística I	60	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Gestão de Pessoas no Setor Público	60	3ª	Gestão de Pessoas no Setor Público	72	3ª
Legislação Tributária e Comercial	60	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Matemática Financeira e	60	3ª	Matemática Financeira	36	2ª

Análise de Investimentos					
Planejamento e Programação na Administração Pública	60	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Seminário Temático I na LFE I, II e III	30	3ª	Elaboração de Projeto de TCC I	36	3ª
Administração Estratégica	60	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Estágio Supervisionado I	75	3ª	Estágio Curricular Supervisionado I	90	3ª
Direito e Legislação Tributária	30	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Elaboração e Gestão de Projetos	60	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Eletiva da UEMS I – Desenvolvimento Regional	30	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Gestão de Operações e Logística II	60	3ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Orçamento Público	60	3ª	Orçamento Público	72	3ª
Seminário Temático II na LFE I, II e III	30	3ª	Elaboração de Projeto de TCC II	36	3ª
Estágio Curricular Supervisionado II	75	3ª	Estágio Curricular Supervisionado II	90	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Estratégia nas Organizações Públicas	72	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	72	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Governo Eletrônico	36	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Gestão do Conhecimento	72	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Gestão de Projetos Públicos	72	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Licitação, Contratos e Convênios	72	3ª
SEM EQUIVALÊNCIA			Análise e Avaliação de Políticas Públicas	72	3ª
Auditoria e Controladoria	60	4ª	Auditoria e Controladoria	72	4ª
Eletiva da UEMS II	60	4ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Gestão de Regulação	30	4ª	Regulação de Serviços Públicos	36	4ª
Negociação e Arbitragem	60	4ª	Negociação e Arbitragem	72	4ª
Tecnologia e Inovação	60	4ª	Inovação na Administração Pública	72	4ª
Seminário Temático III na LFE I, II e III	30	4ª	SEM EQUIVALÊNCIA		
Estágio Curricular Supervisionado III	75	4ª	Estágio Curricular Supervisionado III	90	4ª
Políticas Públicas e Sociedade	60	4ª	Políticas Públicas	72	3ª

Eletiva da UEMS III	60	4 ^a	SEM EQUIVALÊNCIA		
Gestão ambiental e Sustentabilidade	60	4 ^a	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	72	4 ^a
Relações Internacionais	60	4 ^a	SEM EQUIVALÊNCIA		
Seminário Temático IV na LFE I, II e III	30	4 ^a	SEM EQUIVALÊNCIA		
Estágio Curricular Supervisionado IV	75	4 ^a	Estágio Curricular Supervisionado IV	90	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Gestão da qualidade no Setor Público	36	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Trabalho de Conclusão de Curso I	72	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Responsabilidade Social e Terceiro Setor	72	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	36	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Empreendedorismo governamental	36	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Cooperação Internacional	72	4 ^a
SEM EQUIVALÊNCIA			Trabalho de Conclusão de Curso II	72	4 ^a

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO

Por se tratar de uma oferta específica, este projeto pedagógico será ofertado de forma gradativa, com as turmas iniciando em 2021, seguindo a seleção de edital UAB/CAPES. A turma atual não migrará para este PPCG, pois ele não permite fluxo contínuo de estudantes. Sendo essa uma oferta específica para dar atendimento ao Edital CAPES 05/2018, será resguardado, no entanto, a possibilidade dos/as estudantes que ingressaram no Curso em 2018 (PPCG 2010), e que tiveram reprovação em disciplinas, poderem cursar as respectivas disciplinas na oferta do projeto 2021, desde que haja compatibilidade de conteúdos e carga horária, em análises caso a caso, a ser realizada pela coordenação de curso e pelo docente titular da disciplina.

O projeto pedagógico ora apresentado será implantado a partir do ingresso da turma 2021.

13. EMENTÁRIO

1ª SÉRIE – 1º Semestre

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 36 horas/aulas
OBJETIVO
Preparar tecnicamente o aluno para o aprendizado com as ferramentas virtuais de ensino a distância.
EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira;
MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I	
72 horas/aulas	
OBJETIVO	
Discutir a base epistemológica da administração e sua correlação com as evoluções e tendências de suas ferramentas técnicas.	
EMENTA	
O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. Administração : Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.	
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração . São Paulo: Atlas, 2015.	
MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração . 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, João Bosco. **História da Administração**. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia**: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional**: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar os conceitos e os instrumentos de análise básicos da economia, para compreensão dos fenômenos econômicos e suas relações com a administração pública, face aos desafios da conjuntura econômica.

EMENTA

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, **Economia**: micro e macro, São Paulo: Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia**: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, **Economia**: micro e macro, São Paulo: Atlas, 2015.

_____, Marco Antonio.Sandoval e GARCIA, Manoel .Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo:Saraiva, 2018.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS

36 horas/aulas

OBJETIVO

Acelerar o desenvolvimento da visão sistêmica do aluno aprimorando a pesquisa, discussão e produção científica.

EMENTA

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNABE, Tierno. **As melhores técnicas de estudo**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. **Introdução às técnicas do trabalho intelectual**. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. **Leitura dinâmica e memorização**. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 2016.

CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL
36 horas/aulas
OBJETIVO
Promover o conhecimento dos direitos humanos fundamentais, dos deveres e garantias constitucionais e aplicabilidade.
EMENTA
Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão , Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.
CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho . São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.
IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise , Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais : determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.
HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil . Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
PEREIRA, Potyara A. P. Política social : temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1979.
SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). Democracia, Mercado e Estado . O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL
72 horas/aulas
OBJETIVO
Afinar a capacidade interpessoal do aluno, levando-o a compreender a complexidade da psique humana e suas relações com a organização pública.
EMENTA
Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). Psicodinâmica do trabalho : contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização : dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.
ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2014.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMINI, Cecília W. **Liderança**: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009.

SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

CIÊNCIA POLÍTICA
36 horas/aulas
OBJETIVO
Realizar uma aproximação com a análise, planejamento, implementação e controle de políticas públicas.
EMENTA
O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.</p> <p>BOBBIO, Noberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política:** quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. **Política:** cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

FILOSOFIA E ÉTICA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar fundamentos para melhoria da análise crítica e lógica dos alunos em consonância com os princípios da administração pública.

EMENTA

Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2017.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia:** dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SERRANO, Pablo Jimenez. **Ética e Administração Pública.** Rio de Janeiro: Alinea, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna.** Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** 6. ed. São Paulo: Edições Loyola,

1998.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

1ª SÉRIE – 2º Semestre

CONTABILIDADE GERAL
72 horas/aulas
OBJETIVO
Dotar o aluno de competências básicas para uma prática adequada em relação a registros e controles do sistema financeiro nas organizações públicas.
EMENTA
Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido, Demonstrac�o do Valor Adicionado, Demonstrac�o do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apurac�o do Resultado do Exercício.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por A�oes : (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.
IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória . 11. edi�o, São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos . São Paulo: Atlas, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. **Curso de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

MACROECONOMIA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Dotar o aluno de capacidade de análise da conjuntura macroeconômica e sua interferência na gestão das políticas públicas.

EMENTA

Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira.** São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia.** 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação.** São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: básico e intermediário.** São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia: esquematizado.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES

72 horas/aulas

OBJETIVO

Reativar conhecimentos matemáticos rudimentares necessários para o exercício das funções de gestor público.

EMENTA

Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. **Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia.** São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. **Mathematics For Business**: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. **Business Mathematics**. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. **Matemática Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011..

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender a Administração Pública em sua evolução teórica e histórica-social, apropriando-se dos principais conceitos e princípios. Vincular teoria e prática, desvendando o mundo concreto da Administração Pública no Brasil e no mundo, com postura crítica e reflexiva acerca de nossa realidade.

EMENTA

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, *Accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). *Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI*. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo

Domingo, República Dominicana. **Documento aprobado**. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública: Profissionalização eficiência e governança**. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

72 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar um panorama geral das consonâncias da sociologia aplicada a administração.

EMENTA

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. **Manual de Psicossociologia das Organizações**. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**.

7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. **Repensando as organizações: da formação à participação**. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. **Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos**. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologias das organizações**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

REDAÇÃO OFICIAL

36 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar as especificidades da redação de documentos oficiais.

EMENTA

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

GOLD, Miriam. **Redação Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BUSUTH, Mariangela Ferreira. **Redação Técnica Empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.

LEDUR, Paulo Flávio. **Manual de Redação oficial**. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. **Padronização e redação dos atos oficiais**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.

2ª SÉRIE – 1º Semestre

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA 72 horas/aulas
OBJETIVO
Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas. Contribuir, com embasamento teórico e prático da Administração Pública Brasileira, para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e Disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.
EMENTA
Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e <i>ninguendade</i> . Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. COSTIN, Cláudia. Administração Pública . São Paulo: Elsevier, 2010. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO
72 horas/aulas
OBJETIVO
Instrumentalizar o aluno para a organização e análise científica de dados.
EMENTA
Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial . São Paulo: Atlas, 2013.
BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística : enfoque informático com o pacote estatístico SPSS.

Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. **Estatística Teoria e Aplicações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOESCH, Claudio. **Probabilidade e Estatística**. São Paulo: LTC, 2013.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e a sua prática**. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014

TRIOLA, Mario. F. **Introdução à Estatística**. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

72 horas/aulas

OBJETIVO

Conceituar contabilidade pública e conhecer sua importância, enquanto ferramenta de controle do patrimônio público, no processo de planejamento governamental. Descrever orçamento público. Conhecer receita e despesa no orçamento público. Identificar etapas do ciclo do orçamento público.

EMENTA

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo os Resultados Fiscais**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. **Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

72 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar o conhecimento das peculiaridades do planejamento e gestão de finanças públicas instrumentalizando o aluno para a análise e planejamento financeiro.

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

36 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender os conceitos matemáticos inseridos na teoria financeira e suas aplicações na análise e interpretação de propostas e na gestão empresarial de negócios dentro do mercado financeiro. Mais especificamente, entender e aplicar resultados associados aos sistemas de capitalização simples e composto, tais como, taxas de juros, descontos, sistemas de amortizações, fluxos de caixa e operações no mercado financeiro.

EMENTA

Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações . São Paulo: Atlas, 2016.
FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a Matemática Financeira . Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.
PUCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada . São Paulo: Atlas, 2014.
TOSI, Armando José. Matemática financeira: com utilização da HP-12C . 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.
VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR
72 horas/aulas
OBJETIVO
Contribuir para a compreensão dos elementos constitutivos da Gestão Social e identificação das potencialidades e fragilidades do atual modelo. Estimulando o fortalecimento do caráter democrático das políticas sociais, instrumentalizar os estudantes para a ação profissional crítica, coletiva e criativa como gestor de Política Social.
EMENTA

Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEZERRA, Marcos Otavio. **Política, Governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Gestão Social e Gestão Pública**: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

36 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender os fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos, linguísticos e legais envolvidos no processo sociocultural e educacional da pessoa com surdez

<p>e apropriar-se de conhecimentos básicos relativos à LIBRAS e aos serviços de apoio especializado.</p>
<p>EMENTA</p>
<p>Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.</p>
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>
<p>FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. Teorias de aquisição da linguagem. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.</p> <p>GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2007.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>
<p>ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf. Acesso em: 17 jul. 2018.</p> <p>FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.</p> <p>SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO
72 horas/aulas
OBJETIVO
Aprofundar o conhecimento das especificidades do direito aplicável a gestão pública.
EMENTA
<p>Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico- Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito Administrativo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

2ª SÉRIE – 2º Semestre

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
72 horas/aulas
OBJETIVO
Entender o processo de origem, evolução e crise do planejamento governamental no Brasil, nos três níveis: nacional, estadual e municipal. Conhecer os processos de mudança econômica, ocorridos ao longo do século XX, que redefiniram o papel dos estados nacionais no desenvolvimento econômico mundial.
EMENTA
Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CARDOSO JR., José Celso (org.). A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil . Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenv_0104.pdf . Acesso em: XX xxx. XXXX.
GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento

governamental. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. *In*: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL

ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. **Documento aprobado**. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

72 horas/aulas

OBJETIVO

Acelerar o desenvolvimento da visão sistêmica do aluno aprimorando a pesquisa, discussão e produção científica.

EMENTA

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

72 horas/aulas

OBJETIVO

Capacitar uma abordagem gerencial que considere as atividades de sistemas, organização e métodos como instrumentos facilitadores do processo decisório, de operacionalização das decisões tomadas e do controle/avaliação dos resultados obtidos nas instituições Públicas.

EMENTA

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos e Processos**: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES; Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial**: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Aprimorar o conhecimento das teorias e processos de tomada de decisão, possibilitar aos futuros profissionais, conhecimentos específicos acerca dos sistemas de informação gerencial, bem como de bases de dados, dado e informação; explanar sobre desenho e fluxo de sistemas e as formas de operacionalização e integração; desenvolver a capacidade de analisar e interpretar o papel dos sistemas de informação e da ética no processo decisório na gestão pública; conhecer os desafios na gestão da informação no setor público.

EMENTA

Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistemas de Informação para tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 2011.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Editora Person, 2014.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Sistemas de Informação na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELO, Ivo Soares. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Pioneira, 2006.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Cengage, 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: LTC, 2016

STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. **Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	
72 horas/aulas	
OBJETIVO	
Fundamentar o conhecimento do direito, instrumentalizando o aluno para a interpretação e aplicação de regras jurídicas básicas.	
EMENTA	
<p>Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.</p> <p>DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MARKETING E SOCIEDADE	
36 horas/aulas	
OBJETIVO	
Capacitar o aluno à compreensão dos conceitos de marketing e aplicação de suas ferramentas no contexto do serviço público, com fins de alcançar a satisfação do cidadão.	
EMENTA	
Filosofia, papel e impacto do <i>marketing</i> nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do <i>marketing</i> social. O sistema de formação e do planejamento do <i>marketing</i> social. O <i>marketing</i> de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do <i>marketing</i> social.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
DIAS; Sérgio Roberto <i>et al.</i> Gestão de Marketing . São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.	
FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos . 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.	
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital . 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.	

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. **Marketing: política e sociedade**. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. **Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. **Revista Eletrônica da Administração** (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em:
<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

3ª SÉRIE – 1º Semestre

ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS 72 horas/aulas
OBJETIVO
Compreender que o planejamento estratégico é um instrumento formal e uma função administrativa à disposição do gestor público para racionalizar as incertezas do ambiente e permitir orientação e direcionamento com vistas a otimizar o desempenho dos bens e serviços ofertados aos cidadãos e o consequente cumprimento dos objetivos organizacionais.
EMENTA
Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia : Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007.
MOORE, Mark H. Criando Valor Público : gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico : Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). **Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento**: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). **Estratégia**: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica**. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica**: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO
72 horas/aulas
OBJETIVO
Preparar o aluno para o desafio da liderança e gestão das pessoas na administração pública, tornando-o apto a atender as exigências da legislação e produtividade do setor.
EMENTA
O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública . Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.
LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH : conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.
PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas : bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. de. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

72 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar o desenvolvimento de uma visão ampla a respeito da necessidade de identificar e organizar adequadamente os materiais e os bens do patrimônio da empresa visando a sua correta utilização; Permitir que todos conheçam os sistemas de controle de estoques e suprimentos, visando à maximização da qualidade na prestação dos serviços internos e externos.

EMENTA

Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais**. Brasília: ENAP, 2015.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

ECONOMIA BRASILEIRA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar uma ampla visão da evolução e atualidade da economia brasileira aprimorando sua competência analítica.

EMENTA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BACHA, Carlos José Caetano. **Entendendo a economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva. 2011.

WERNER, Baer. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

GOVERNO ELETRÔNICO

36 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar aos alunos conceitos sobre governo eletrônico, plataformas tecnológicas e técnicas computacionais para aplicação nesta modalidade de gestão governamental.

EMENTA

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: UFBA, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional**. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: XX xxx. XXXX.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. **Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

72 horas/aulas

OBJETIVO

Permitir uma visão global das questões que envolvem o gerenciamento da informação e do conhecimento nas organizações do conhecimento a partir de concepções teóricas e práticas contemporâneas.

EMENTA
Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009.</p> <p>BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.</p> <p>DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.</p> <p>GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.</p> <p>PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.</p> <p>TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>

Elaboração de Projeto de TCC I
36 horas/aulas
OBJETIVO
Discutir temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional, frente as suas realidades e serem pesquisadas.
EMENTA

Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares de interesse regional ou que tenham sido desenvolvidos no âmbito da UEMS em consonância com o tema da administração pública despertando a curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAHEL, M. NEVES, J.A.B. [org.] Gestão e avaliação das políticas sociais no Brasil Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES : UAB, 2009.

BORGES, F.F. Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a Execução das Políticas Monetária e Creditícia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010

ERDMANN. R.H. Gestão da Qualidade no Setor Público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. FILHO PARENTE, J. Gestão da Qualidade no Setor Público. Texto para Discussão no. 237. Rio de Janeiro: novembro 1991

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FUNDAÇÃO DODESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Grupo de Economia. Boletim de Economia [7]: Conjuntura econômica em foco. São Paulo: Fundap, Setembro, 2011

GENTIL, D. L.; MICHEL, R. Estratégia de Desenvolvimento e Intervenção Fiscal do Estado. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 14. Brasília: Ipea, 2009.

INSTITUTODE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v1, capítulo 1, Brasília: IPEA, 2010.

MOREIRA, T. B. S.; CARVALHO JR., A.C.C. A. Interação entre as políticas fiscal e cambial no Brasil: Um enfoque sobre a consistência das políticas. Economia e Desenvolvimento. V.12, no 1, Recife: 2013.

SERRANO, F. Política Macroeconômica e Estratégia de Desenvolvimento: Uma visão crítica. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 13. Brasília: Ipea, 2009.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

90 horas/aulas

OBJETIVO

Promover a integração do aluno com as organizações públicas, propiciando o seu

desenvolvimento profissional e acadêmico, (teoria e prática) permitindo-lhe conviver, pesquisar, diagnosticar e até propor alternativas de modificações e ou de soluções para os problemas observados na realização do estágio e com a devida sustentação teórica.
EMENTA
Atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao administrador em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional. Normas de Elaboração do Relatório de Estágio de acordo com a ABNT e normas específicas do curso. Acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular. Código de Ética do Administrador.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 267, de 29 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Interno, dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.</p> <p>Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm</p> <p>UEMS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública.</p> <p>UEMS. Instrução Normativa PROE-UEMS Nº 004/2013, de 10 de janeiro de 2013.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Manual do administrador: guia de orientação profissional. Brasília, 2006.</p> <p>FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias: trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, dissertações, cinquenta resumos de dissertações. São Paulo: Atlas, 2005.</p>

GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS

72 horas/aulas

OBJETIVO

<p>Introduzir e preparar o aluno para a prática e poder da gestão por projetos nas organizações públicas.</p>
<p>EMENTA</p>
<p>O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. <i>Softwares</i> para o gerenciamento de projetos.</p>
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>
<p>CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>
<p>REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.</p> <p>THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de Programas e Projetos Públicos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.</p> <p>GENARI, Breno. Introdução ao PERT básico. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.</p> <p>PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.</p>

3ª SÉRIE – 2º Semestre

ORÇAMENTO PÚBLICO 72 horas/aulas
OBJETIVO
Preparar o aluno para o planejamento e execução considerando as exigências legais e técnicas do orçamento público.
EMENTA
Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas : fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.
GIACOMONI, James. Orçamento público . 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental . Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213 . Acesso em: XX xxx. XXXX.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. <i>In</i> : CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. Anais [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf . Acesso em: XX xxx. XXXX.
FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados , Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.
GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação

Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS
72 horas/aulas
OBJETIVO
Apresentar os fundamentos para análise, planejamento e implementação de políticas públicas, preparando o aluno para o desafio de gerir a multiplicidade de suas aplicações e efeitos.
EMENTA
Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática . Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.
SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas . Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.
WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos . Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf . Acesso em: XX xxx. XXXX.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

72 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender o contexto social e as normas jurídicas que balizam as contratações públicas de obras, serviços e de compras de materiais pela administração pública brasileira.

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

72 horas/aulas

OBJETIVO

Estudar o ciclo das políticas públicas, com ênfase nas Fases de Implementação e de Avaliação.

EMENTA

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas,

características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de políticas públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais**: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I

36 horas/aulas

OBJETIVO

Discutir temas de relevância para a administração pública despertando a

curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções, apresentando as diferenças fundamentais entre a administração geral e pública.
EMENTA
Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares relevantes e contemporâneos na área da Administração Pública.

Elaboração de Projeto de TCC II
36 horas/aulas
OBJETIVO
Discutir temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional, frente as suas realidades e serem pesquisadas.
EMENTA
Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares de interesse regional ou que tenham sido desenvolvidos no âmbito da UEMS em consonância com o tema da administração pública despertando a curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FAHEL, M. NEVES, J.A.B. [org.] Gestão e avaliação das políticas sociais no Brasil Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES : UAB, 2009.
BORGES, F.F. Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a Execução das Políticas Monetária e Creditícia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010
ERDMANN. R.H. Gestão da Qualidade no Setor Público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. FILHO PARENTE, J. Gestão da Qualidade no Setor Público. Texto para Discussão no. 237. Rio de Janeiro: novembro 1991
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
FUNDAÇÃO DODESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Grupo de Economia. Boletim de Economia [7]: Conjuntura econômica em foco. São Paulo: Fundap, Setembro, 2011

GENTIL, D. L.; MICHEL, R. Estratégia de Desenvolvimento e Intervenção Fiscal do Estado. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 14. Brasília: Ipea, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v1, capítulo 1, Brasília: IPEA, 2010.

MOREIRA, T. B. S.; CARVALHO JR., A.C.C. A. Interação entre as políticas fiscal e cambial no Brasil: Um enfoque sobre a consistência das políticas. Economia e Desenvolvimento. V.12, no 1, Recife: 2013.

SERRANO, F. Política Macroeconômica e Estratégia de Desenvolvimento: Uma visão crítica. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 13. Brasília: Ipea, 2009.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

90 horas/aulas

OBJETIVO

Promover a integração do aluno com as organizações públicas, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico, (teoria e prática) permitindo-lhe conviver, pesquisar, diagnosticar e até propor alternativas de modificações e ou de soluções para os problemas observados na realização do estágio e com a devida sustentação teórica.

EMENTA

Atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao administrador em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional. Normas de Elaboração do Relatório de Estágio de acordo com a ABNT e normas específicas do curso. Acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular. Código de Ética do Administrador.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 267, de 29 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Interno, dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

UEMS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de

Administração Pública.

UEMS. Instrução Normativa PROE-UEMS Nº 004/2013, de 10 de janeiro de 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Manual do administrador: guia de orientação profissional. Brasília, 2006.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias: trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, dissertações, cinquenta resumos de dissertações. São Paulo: Atlas, 2005.

4ª SÉRIE – 1º Semestre

AUDITORIA E CONTROLADORIA
72 horas/aulas
OBJETIVO
Possibilitar o conhecimento e gestão dos instrumentos de controle ético e legal nas organizações públicas estabelecendo marcos cognitivos fundamentais para a conduta proba do aluno.
EMENTA
Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria : abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria governamental : uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Inaldo. **Auditoria Governamental**: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria governamental**. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

36 horas/aulas

OBJETIVO

Discutir as funções desempenhadas pelo Estado no âmbito da Ordem Econômica, com ênfase na regulação estatal e na disciplina dos serviços públicos. Os alunos também serão capacitados em temas como processo administrativo, responsabilidade civil do Estado e regime jurídico dos agentes estatais.

EMENTA

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.

COUINHO, Diogo R. **Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Sérgio. **Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei**. Porto Alegre: ABAR, 2004.
Disponível em: <http://abar.org.br/?mdocs-file=47701>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. **O Poder Normativo das Agências Reguladoras**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

72 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar as alternativas de negociação e resolução de conflitos por meio de negociação proporcionando uma visão moderna das ferramentas de arbitragem.

EMENTA

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e *feedback*. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. **Negociação e administração de conflitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. **Novos temas de arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, Roberto Portugal. **Medição e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010**. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. **Estilos de negociação: as oito competências vencedoras**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Jaci Corrêa. **Negociação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

72 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar aos futuros profissionais, conhecimentos específicos acerca dos conceitos de inovação, e ainda de seu contexto histórico ; aprimorar o conhecimento no que se refere a gestão da inovação nas organizações e da Inovação no ambiente da gestão pública; explanar sobre os fatores facilitadores e limitadores da inovação e a difusão de inovações, compreender a dinâmica da inovação nos serviços e a disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. **Inovação no Setor Público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP-IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3117
8. Acesso em: XX xxx. XXXX.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação**: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). **Inovação na Gestão Pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

36 horas/aulas

OBJETIVO

Habilitar os discentes a utilizarem os instrumentos e conceitos contemporâneos

visando à compreensão, dinâmica e utilização das práticas relativas à Gestão da qualidade no setor público.
EMENTA
Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. Excelência em gestão pública. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da qualidade. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>VELOSO, Luiz Paulo. QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.</p>

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II

36 horas/aulas

OBJETIVO

Discutir temas de relevância para a administração pública despertando a curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções, apresentando as diferenças fundamentais entre a administração geral e pública.

EMENTA

Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares relevantes e contemporâneos na área da Administração Pública.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

72 horas/aulas

OBJETIVO

As monografias consistem em observar, investigar e, principalmente, de reflexões e críticas sobre o tema, problema ou assunto, sobre o qual será centrada. Orientar os alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisas e para publicação dos resultados.

EMENTA

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema que envolva a gestão pública; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa, definida pelo colegiado de curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAHEL, M. NEVES, J.A.B. [org.] Gestão e avaliação das políticas sociais no Brasil Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES : UAB, 2009.

BORGES, F.F. Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a Execução das Políticas Monetária e Creditícia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010

ERDMANN. R.H. Gestão da Qualidade no Setor Público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. FILHO PARENTE, J. Gestão da Qualidade no Setor Público. Texto para Discussão no. 237. Rio de Janeiro: novembro 1991

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FUNDAÇÃO DODESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Grupo de Economia. Boletim de Economia [7]: Conjuntura econômica em foco. São Paulo: Fundap, Setembro, 2011

GENTIL, D. L.; MICHEL, R. Estratégia de Desenvolvimento e Intervenção Fiscal do Estado. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 14. Brasília: Ipea, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v1, capítulo 1, Brasília: IPEA, 2010.

MOREIRA, T. B. S.; CARVALHO JR., A.C.C. A. Interação entre as políticas fiscal e cambial no Brasil: Um enfoque sobre a consistência das políticas. Economia e Desenvolvimento. V.12, no 1, Recife: 2013.

SERRANO, F. Política Macroeconômica e Estratégia de Desenvolvimento: Uma visão crítica. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 13. Brasília: Ipea, 2009.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

90 horas/aulas

OBJETIVO

Promover a integração do aluno com as organizações públicas, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico, (teoria e prática) permitindo-lhe conviver, pesquisar, diagnosticar e até propor alternativas de modificações e ou de soluções para os problemas observados na realização do estágio e com a devida sustentação teórica.

EMENTA

Atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao administrador em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional. Normas de Elaboração do Relatório de Estágio de acordo com a ABNT e normas específicas do curso. Acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular. Código de Ética do Administrador.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 267, de 29 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Interno, dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

UEMS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública.

UEMS. Instrução Normativa PROE-UEMS Nº 004/2013, de 10 de janeiro de 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Manual do administrador: guia de orientação profissional. Brasília, 2006.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias: trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, dissertações, cinquenta resumos de dissertações. São Paulo: Atlas, 2005.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

72 horas/aulas

OBJETIVO

Compreensão das interfaces entre Sociedade, Estado e Mercado; Compreensão da influência do contexto social, político e econômico no surgimento e evolução do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social Corporativa;

EMENTA

Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CABRAL, Eloisa Helena de. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). **Um sensível olhar sobre terceiro setor**. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social**. São Paulo: Qualitymark, 2011.

4ª SÉRIE – 2º Semestre

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
72 horas/aulas
OBJETIVO
Possibilitar mudanças importantes na visão da aplicação de políticas públicas e seus impactos ambientais.
EMENTA
Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). **Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão ambiental empresarial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. **Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

36 horas/aulas

OBJETIVO

Propiciar aos estudantes uma visão ampla das redes utilizadas pelo governo para a realização de atividades de gestão, de cooperação e comunitárias.

EMENTA

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. **Governanças de redes: economia, política e sociedade**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. **Práticas de gestão de redes de cooperação**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). **Redes Sociais e Organizacionais em Administração**. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: UNESP, 2014.

EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL

36 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar ao aluno exercer a gestão de empreendimentos através do conhecimento e aplicação de atitudes empreendedoras no setor público.

EMENTA

Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.</p> <p>GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.</p> <p>HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.</p> <p>MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.</p>

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
72 horas/aulas
OBJETIVO
<p>Conhecer e aprofundar a temática da cooperação internacional, seus arranjos e atores no Sistema Internacional.</p>
EMENTA

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

RICÚPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III

36 horas/aulas

OBJETIVO
Discutir temas de relevância para a administração pública despertando a curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções, apresentando as diferenças fundamentais entre a administração geral e pública.
EMENTA
Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares relevantes e contemporâneos na área da Administração Pública.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV
90 horas/aulas
OBJETIVO
Promover a integração do aluno com as organizações públicas, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico, (teoria e prática) permitindo-lhe conviver, pesquisar, diagnosticar e até propor alternativas de modificações e ou de soluções para os problemas observados na realização do estágio e com a devida sustentação teórica.
EMENTA
Atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao administrador em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional. Normas de Elaboração do Relatório de Estágio de acordo com a ABNT e normas específicas do curso. Acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular. Código de Ética do Administrador.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 267, de 29 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Interno, dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm
UEMS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública.

UEMS. Instrução Normativa PROE-UEMS N° 004/2013, de 10 de janeiro de 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Manual do administrador: guia de orientação profissional. Brasília, 2006.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias: trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, dissertações, cinquenta resumos de dissertações. São Paulo: Atlas, 2005.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

72 horas/aulas

OBJETIVO

As monografias consistem em observar, investigar e, principalmente, de reflexões e críticas sobre o tema, problema ou assunto, sobre o qual será centrada. Orientar os alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisas e para publicação dos resultados.

EMENTA

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema que envolva a gestão pública; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa, definida pelo colegiado de curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAHEL, M. NEVES, J.A.B. [org.] Gestão e avaliação das políticas sociais no Brasil Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES : UAB, 2009.

BORGES, F.F. Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a Execução das Políticas Monetária e Creditícia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010

ERDMANN. R.H. Gestão da Qualidade no Setor Público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. FILHO PARENTE, J. Gestão da Qualidade no Setor Público. Texto para

Discussão no. 237. Rio de Janeiro: novembro 1991

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FUNDAÇÃO DODESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Grupo de Economia. Boletim de Economia [7]: Conjuntura econômica em foco. São Paulo: Fundap, Setembro, 2011

GENTIL, D. L.; MICHEL, R. Estratégia de Desenvolvimento e Intervenção Fiscal do Estado. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 14. Brasília: Ipea, 2009.

INSTITUTODE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v1, capítulo 1, Brasília: IPEA, 2010.

MOREIRA, T. B. S.; CARVALHO JR., A.C.C. A. Interação entre as políticas fiscal e cambial no Brasil: Um enfoque sobre a consistência das políticas. Economia e Desenvolvimento. V.12, no 1, Recife: 2013.

SERRANO, F. Política Macroeconômica e Estratégia de Desenvolvimento: Uma visão crítica. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 13. Brasília: Ipea, 2009.

14. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG

14.1 Legislação Geral

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

14.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS

a) Decreto Estadual nº. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

b) Deliberação nº. 4.787, de 20 de agosto de 1997. Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

c) Deliberação CEE/MS nº 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

d) Deliberação CEE/MS n. 11.852, de 02 de dezembro de 2019, que prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS n. 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, até dia 31/12/2020.

e) Decreto nº. 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

f) Resolução COUNI-UEMS nº. 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução COUNI-UEMS nº 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

h) Resolução COUNI-UEMS nº 565, de 6 de dezembro de 2019. Ampliar o período da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, aprovado por meio da Resolução COUNI-UEMS n. 438, de 11 de junho de 2014, para 31 de dezembro de 2020.

14.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação

a) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui LIBRAS como Disciplina Curricular.

b) Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.

c) Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC 4.059, de 10 de dezembro de 2004 e estabelece nova redação para o tema.

d) Parecer CNE/CP nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

e) Resolução CNE/CP Nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

f) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

g) Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental.

h) Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

i) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

14.4 Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS

a) Parecer CNE/CES nº. 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.

b) Parecer CES/CNE nº. 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

c) Resolução nº. 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

d) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 057, de 20 de abril de 2004. Normas para utilização dos laboratórios da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

e) Resolução CEPE-UEMS nº 455, de 06 de outubro de 2004. Homologa a Deliberação CE-CEPE-UEMS nº 057, de 20 de abril de 2004, que aprova as normas para utilização de laboratórios na UEMS.

f) Resolução CEPE-UEMS nº. 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução CEPE-UEMS nº 1.569, de 19 de outubro de 2015. Altera a Resolução nº 1.238, do CEPE-UEMS, de 24 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015.

h) Instrução Normativa PROE-UEMS nº 07, de 8 de abril de 2004 - dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatórios de Autoavaliação dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- i) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- j) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.
- k) Resolução CEPE-UEMS nº 2.071, de 27 de junho de 2019. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.
- l) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- m) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 304, de 30 de abril de 2020, altera a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, homologada pela Resolução CEPE n. 1.865, de 21 junho de 2017, que aprova as normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.
- n) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº309, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- o) Instrução Normativa Conjunta Normativa Conjunta PROE-PROEC/UEMS N. 1, de 21 de agosto de 2020. Regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020 acerca da adequação dos projetos pedagógicos para creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- p) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 310, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para a elaboração, execução e controle das Atividades Complementares de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- q) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020, Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

14.5 - Legislação Federal sobre os cursos de Administração

- a) Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- b) Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior (Sinaes);

c) Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

d) Parecer CNE/CES n.067, de 11 de março de 2003, que dispõe o referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação

e) Parecer CNE/CES n.134, de 04 de junho de 2003, que dispõe para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração

f) Parecer CNE/CES n. 023, de 03 de fevereiro de 2005 – retificação da Resolução CNE/CES n.01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração

g) Resolução CNS/CES n.04, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

h) Lei n.11788, de 28 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio e dá outras providências

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

_____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006.

_____. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: mar. 2016.

_____. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: fev. 2015.

_____. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: fev. 2015.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil na ótica da Exclusão. In Marchesi, Álvaro; Gil, Carlos Hernandez. (Org.). **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. v. 1. Porto Alegre: ARTMED, 2004. p.48-65.

GOMES, Márcia Bueno. O direito público subjetivo à educação na ação normativa de Mato Grosso do Sul. In: **9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED - Centro Oeste**, 2008, Taguatinga, DF. Educação: tendências e desafios de um campo em movimento. Taguatinga, DF: UCB, 2008. p. 1117-1130.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [s.d.]. Disponível em: www.ibge.gov.br/sidra. Acesso em: 23 setembro 2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p.5-23, abr. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2007.

PALUMBO, Dennis. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, Eda C. B. Machado de (Org). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação**: leituras complementares. Brasília: MEC/UnB, 1998. p. 35-62.

KAWASAKI, C. S. **Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária**. **Revista da Faculdade de Educação**. v. 23 n. 1-2, São Paulo, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul. **MS 2020**: cenários e estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Prodasul, 2000. 73p.

_____. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS). **Deliberação CEE/MS nº 9662, de 24 de NOVEMBRO de 2011**. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.. 2011. Disponível em: <http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/del.-9662.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999**. Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.1999. Disponível em: <https://www.cge.ms.gov.br/legislacao/constituicao-estadual/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**: Regiões de Planejamento. Campo Grande: Governo do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. 91p.

SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. [s.d.]. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br>. Acesso em: 25 setembro 2020.

UEMS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Perfil**. 2019. Disponível em: <http://www.uems.br/perfil>. Acesso em: 18 dez. 2019.

_____. **Resolução COUNI-UEMS nº 123 de 27 de setembro de 1999**. 1999. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2017-06-23_13-43-32.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016**. 2016. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2017-01-25_14-09-02.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Resolução CEPE-UEMS nº 1.864, de 21 de junho de 2017**. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-12-13_11-54-41.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Deliberação CECAC/CEPE-UEMS nº 4, de 10 de março de 2016**. Aprova a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-04-03_15-05-31.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Resolução CEPE-UEMS nº 1.645, de 24 de maio de 2016**. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 4, da Câmara de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 10 de março de 2016, que aprova a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-10-15_11-33-04.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 289, de 30 de outubro de 2018**. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-09-23_09-29-37.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Resolução CEPE-UEMS nº 2.071, de 27 de junho de 2019**. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-07-12_09-55-28.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Resolução CEPE-UEMS nº 1.881, de 21 de junho de 2017**. Aprova o Regulamento da Educação a Distância no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2017-07-18_12-52-12.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 057, de 20 de abril de 2004.** Normas para utilização dos laboratórios da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-07-10_12-11-45.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Resolução CEPE-UEMS nº 455, de 6 de outubro de 2004.** Homologa a Deliberação nº 057 da Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com alterações. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2017-02-21_15-25-42.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Instrução Normativa PROE-UEMS nº. 007/2014, de 08 de abril de 2014.** 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/70206879/doems-13-05-2014-pg-60>. Acesso em: 05 abr. 2020.